

# Contribuição de Ralph Miliband à teorização da política marxista

Gastão Rúbio de Sá Weyne\*

**Resumo:** Entre os diversos intérpretes europeus contemporâneos do pensamento de Karl Marx vislumbra-se, com marcante relevância, o nome de Ralph Miliband (1924-1994). No presente trabalho objetiva-se caracterizar criticamente o pensamento de Ralph Miliband e sua contribuição ao desenvolvimento da teoria política marxista. Comparações são feitas entre as teorias políticas marxistas de Miliband e as posições originais do próprio Marx. São discutidos os seguintes itens a partir da vasta obra de Ralph Miliband: Estado; conflitos de classe; partidos políticos; expectativas do capitalismo e do socialismo; alternativa entre revolução ou reformismo; e teorização dos conceitos na política marxista.

**Palavras chave:** *Política marxista, Ralph Miliband, Marxistas contemporâneos.*

**Abstract:** Among several contemporary Europeans interpreters of Karl Marx thought it is put in relief the name of Ralph Miliband (1924-1994). This paper deals on the thought of Ralph Miliband and his contribution to development of politic Marxist theory. Some comparisons are made between the Marxist theories of Miliband and original positions of Marx. It is discussed the following items from the great work of Ralph Miliband; State, class-conflicts, political parties, of capitalism expectances and socialism, alternatives between revolution or reforming and theorization of concepts in Marxist politics.

**Keywords:** *Marxist politics. Ralph Miliband. Contemporary Marxists.*

---

\* Professor Associado da Escola Politécnica da USP. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP. Doutor em Educação Matemática pela PUC-SP. Membro do PEA-MAT da PUC-SP. E-mail: gweyne@uol.com.br

## Introdução

Observe-se preliminarmente que, entre os diversos intérpretes europeus contemporâneos do pensamento de Karl Marx, vislumbra-se, com marcante relevância, o nome de Ralph Miliband, nascido em 1924 em Bruxelas e falecido no ano de 1994 em Londres. Miliband, analisado neste trabalho, foi Professor de Política na Universidade de Leeds a partir de 1972. Foi também Conferencista *Senior* de Ciência Política na *London School of Economics* e, desde 1964, co-organizador do periódico *The Socialist Register*. As principais obras de Miliband aqui consultadas são listadas nas Referências. Vale lembrar que ele foi um dos autores do consagrado *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 2001).

No presente trabalho objetiva-se caracterizar criticamente o pensamento de Ralph Miliband e sua contribuição ao desenvolvimento da teoria política marxista. Comparações são feitas entre as teorias políticas marxistas de Miliband e as posições originais do próprio Marx (1982), ou seja, com as teorias políticas marxianas.

São muitos os obstáculos a transpor. Parte-se do pressuposto de que a obra marxista apresenta-se, em geral, com enfoque personalista e de forma fragmentária, o que dificulta a teorização dos conceitos políticos. Miliband (1979, p. 10) ressaltou algumas dificuldades do estudo dos temas marxistas, indicando que

*[...] o "corpo do marxismo", como o chamamos, tem limitações muito nítidas em termos de construção ou reconstrução de uma política marxista. Uma dessas limitações é que os escritos clássicos disponíveis são simplesmente silenciosos ou extremamente superficiais quanto a problemas importantes de política e teoria política. Há certos limites quanto ao que pode ser adequadamente extraído de um parágrafo, frase, alusão ou metáfora.*

Acrescente-se às dificuldades a enfrentar um ponto fundamental que é a abordagem inicial do enfoque marxista da política, iniciando-se pelo próprio termo "marxismo", jamais empregado pelo próprio Marx e que foi grandemente ampliado através dos anos por importantes figuras do pensamento marxista. Neste trabalho adota-se o conceito usual de "marxismo", segundo Blackburn (1997, p. 238), no *Dicionário Oxford de Filosofia*:

*[...] o marxismo é adesão a pelo menos algumas das ideias centrais de Marx. Entre elas contam-se, tipicamente, a percepção do mundo social pela categoria de classe, definida pelas relações com os processos econômicos e produtivos; a crença no desenvolvimento da sociedade além da fase capitalista através de uma revolução do proletariado; na economia, a teoria do valor-trabalho; e, acima de tudo, a rejeição da exploração que é inerente ao controle privado do processo produtivo.*

Observe-se que, na Europa Central e Ocidental, desenvolveu-se, na década de 1920, um pensamento marxista crítico que deslocou a ênfase do marxismo da economia política e do Estado para a cultura, a filosofia e a arte.

O tema deste trabalho é, portanto, polêmico. Desta forma, parece ser adequada a adoção de procedimentos orientados para a análise dos tópicos de maior relevância escolhidos pelo próprio pesquisador, Professor Ralph Miliband. Reitere-se ser o marxismo, sabidamente, uma corrente políticoteórica que abrange uma ampla gama de pensadores e militantes, nem sempre com linhas de pensamento coincidentes e assumindo posições teóricas e políticas às vezes antagônicas.

Objetiva-se, portanto, estudar neste trabalho os temas centrais de política marxista abordados por Miliband, comparando sua linha de pensamento com as concepções marxianas, ou seja, provenientes do próprio Marx. Visando atender aos objetivos desta pesquisa, serão apresentados e discutidos os seguintes itens a partir da obra de Ralph

Miliband: 1. O Estado; 2. O igualitarismo e os conflitos de classe; 3. Os partidos políticos; 4. Expectativas do capitalismo e do socialismo; 5. A alternativa entre revolução ou reformismo; 6. A teorização dos conceitos na política marxista; 7. Considerações finais; Referências.

## 1. O Estado na concepção de Ralph Miliband

O conceito de Estado tem marcante relevância no desenvolvimento do pensamento marxista, que o considera como a instituição, acima de todas as outras, destinada a assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe. Bottomore (2001, p. 133) complementa essa proposição reiterando que:

*A concepção marxista clássica de Estado está expressa na famosa formulação de Marx e Engels no Manifesto Comunista: "O executivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda a burguesia". Embora seja mais complexa do que parece à primeira vista, esta é uma afirmação demasiado sumária e que se presta à simplificação exagerada. Apesar disto, traduz efetivamente a proposição central do marxismo com relação ao Estado. O próprio Marx jamais empreendeu uma análise sistemática do Estado.*

O conceito de sistema é de fundamental relevância para um melhor entendimento da estrutura do Estado. A análise de sistemas, derivada da teoria geral dos sistemas, estudada, entre outros, por Easton (1968) permite analisar estruturas, instituições e processos políticos. Com base nessa teoria, Miliband (1972, p. 67) considera que "o Estado significa um número de determinadas instituições que, em seu conjunto, constituem a sua realidade e que interagem como partes daquilo que pode ser denominado sistema estatal".

Miliband (1972, p. 36) definiu a função do Estado a partir do pensamento marxista. Para ele,

*No esquema marxista, a “classe dominante” da sociedade capitalista é a classe que possui e controla os meios de produção e que é capaz, em virtude do poder econômico que em decorrência disso lhe é conferido, de usar o Estado como instrumento de dominação da sociedade.*

Conforme Newman (2002, p. 186), “é bastante claro que Miliband não aceitou a fórmula do Manifesto Comunista exceto como um ponto de partida de análise, e que ele era sempre claro que o Estado às vezes agiu contra os interesses das “classes dominantes”, que eram em todo caso interiormente divididas”.

Veja-se que, no Manifesto do Partido Comunista (1998, p. 89-90), são propostas 10 medidas de responsabilidade do Estado:

*1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego das suas rendas para despesas públicas; 2. Pesado imposto progressivo; 3. Abolição do direito de herança; 4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes; 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo; 6. Centralização do sistema de transportes nas mãos do Estado; 7. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção, desbravamento e melhoramento das terras de acordo com um plano comunitário; 8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, constituição de exércitos industriais, em especial para a agricultura; 9. Organização da agricultura e da indústria, com o objetivo de eliminar gradualmente a diferença entre cidade e campo; 10. Educação pública gratuita para todas as crianças, eliminação do trabalho das crianças nas fábricas na sua forma atual, combinação da educação com a produção material.*

Na linha marxista, Miliband (1972, p. 322) defendeu que a função do Estado é

*guardar e proteger os interesses econômicos da classe dominante: o Estado, naquelas sociedades de classe é, antes de mais na-da e*

*inevitavelmente, o guardião e protetor dos interesses econômicos que nela estão dominando. Seu objetivo e missão 'real' é assegurar o seu domínio continuado e não impedi-lo.*

O Estado, segundo Miliband (1972, p. 67), portanto, é “uma instituição (governo geral, administração, forças armadas, governos subnacionais e assembleias legislativas) que, em seu conjunto, constituem a sua realidade e que interagem como partes daquilo que pode ser denominado sistema estatal”. A inserção do Estado em um sistema mais abrangente fica patente nessa linha de pensamento de Miliband.

Um outro conceito abordado por Miliband (1972, p. 72-73) é o de “poder estatal”, quando afirmou:

*É nessas instituições (governo geral, administração, forças armadas, governos subnacionais e assembleias legislativas) em que se apoia o “poder estatal” e é através delas que esse poder é dirigido em suas diferentes manifestações pelas pessoas que ocupam as posições dirigentes em cada uma dessas instituições [...]*

No desenvolvimento do pensamento marxista, vale lembrar o questionamento de Bobbio (1979, p. 249-250) que associou o conceito de Estado ao regime democrático. Bobbio defendeu o respeito a regras que permitam ao maior número de cidadãos participarem direta ou indiretamente das deliberações de interesse coletivo.

Em termos mais amplos, o Estado, na concepção marxista, deve estar associado às ideias centrais de Marx como a percepção do mundo social pela categoria de classe, definida pelas relações com os processos econômicos e produtivos; a crença no desenvolvimento da sociedade além da fase capitalista através de uma revolução do proletariado; na economia, a teoria do valor-trabalho; e, acima de tudo, a rejeição da exploração que é inerente ao controle privado do processo produtivo. Na prática, o Estado, no marxismo, é um comprometimento com as

classes exploradas e oprimidas, e com as transformações que deverão melhorar sua condição, visando uma vida melhor.

## 2. O igualitarismo e os conflitos de classe conforme Ralph Miliband

É indubitável a dificuldade encontrada quando se busca uma definição para o termo "classe social", definido, quase sempre, em termos de *status*, privilégios, lugar nos processos de produção econômica, acesso ao poder e à autoridade e, às vezes, da identificação de si mesmo que um indivíduo faz nestes termos. Analisando os problemas conceituais que caracterizam uma classe social, Miliband (1979, p. 29) defendeu que

*um desses problemas, encerrado na própria noção de classe, é o da heterogeneidade. Como todas as demais classes, a "classe trabalhadora" está dividida em muitos estratos diferentes e por extensa gama de diferenças, que variam de acordo com o tempo e o lugar mas alguns dos quais pelo menos estão sempre presentes.*

Na teoria marxista, o conceito de classe tem uma importância relevante, embora nem Marx nem Engels o tenham formulado de maneira sistemática. Desta forma, foram a estrutura de classes da fase inicial do capitalismo e as lutas de classes nessa forma de sociedade que constituíram o ponto de referência principal para a teoria marxista da história. Conforme é citado em Bottomore (2001, p. 61),

*Posteriormente, a ideia da luta de classes como força motriz da história foi ampliada, e no Manifesto comunista Marx e Engels afirmaram em uma frase famosa, que "a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história das lutas de classes". Ao mesmo tempo, contudo, Marx e Engels admitiram que a classe era uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas [...]*

O conceito de consciência de classe foi enfatizado quando Marx estabeleceu uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é, entre a condição de classe e a consciência de classe.

Parece aceitável dizer-se que as classes sociais são grupos amplos nos quais a exploração econômica, a opressão política e a dominação cultural resultam, respectivamente, da desigualdade econômica, dos privilégios políticos e da discriminação cultural.

A formação da consciência de classe no proletariado pode ser considerada, em visão marxista, como a contrapartida do fracasso necessário da consciência de classe política entre os pequenos camponeses. No caso do proletariado, o conflito inicialmente limitado amplia-se com base em uma identidade de interesses, até tornar-se uma questão comum a toda a classe, que também cria um instrumento adequado, sob a forma de partido político.

Como é sabido, a política está associada à noção de conflito. Mas não é isso que a torna específica e distinta: todos os conceitos de política, sejam de que espécie forem, são sobre o conflito - como contê-lo, ou aboli-lo. Segundo Miliband (1979, p. 22),

*O que é específico na política marxista é o que ela declara como sendo a natureza do conflito; e o que proclama ser seu resultado necessário. No enfoque liberal de política, os conflitos existem em termos de "problemas" que precisam ser "resolvidos". A pressuposição oculta é que o conflito não vai muito fundo, ou não precisa ser muito profundo; que pode ser "contornado" pelo exercício da razão e da boa-vontade, e uma disposição a conciliar e harmonizar.*

Segundo esse modo de ver, tudo indica que a política, para Miliband, não é considerada uma operação de guerra feita por outros meios, mas um processo constante de barganha e acomodação, na base de modos de agir aceitos e entre partes que decidiram como preliminar que podiam e queriam viver juntas mais ou menos harmoniosamente.



Esse tipo de conflito não prejudica a sociedade, não é apenas um modo de resolver problemas de maneira pacífica, mas também de produzir novas ideias, assegurando progresso, obtendo harmonia cada vez maior. O conflito é "funcional", é uma força mais estabilizadora que desagregadora. Ainda conforme Miliband (1979, p. 22),

*o enfoque marxista do conflito é muito diferente. Não se trata de "problemas" a serem "resolvidos", mas de um estado de dominação e sujeição a ser terminado por uma total transformação que o ensejam. Sem dúvida, o conflito pode ser atenuado, mas apenas porque a classe governante é capaz, por este ou aquele meio – coerção, concessão ou persuasão – de impedir as classes subordinadas de procurarem a emancipação. Em última instância, a estabilidade não é uma questão de razão, mas de força.*

Marx estabeleceu, desde o início, uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é, entre a condição de classe e a consciência de classe. Sobre o tema, Bottomore (2001, p. 76) complementa que

*A consciência de classe política só pode ser desenvolvida pelos intelectuais que, por serem portadores da cultura e bem informados, e por estarem à distância do processo de produção imediato, estão em condições de compreender a sociedade burguesa e suas relações de classe em sua totalidade.*

A consciência de classe é uma consciência histórica. Segundo Hirano (1974, p. 120), "a sua manifestação é um produto histórico social determinado e os sujeitos que a manifestam são sujeitos concretos que conseguem apreender teoricamente o movimento da sociedade com seus conflitos e tensões em conjunto".

Uma mudança radical deve ser feita para envolver uma diminuição drástica nas amplas desigualdades de todo tipo as quais são uma parte intrínseca de uma ordem social capitalista. Ralph Miliband (2002, p. 232) defende que

*A meta não é a total igualdade que é uma noção absurda, mas um esforço para uma igualdade aceitável, que é uma coisa muito diferente. O igualitarismo tem muitas facetas diferentes. Uma delas é o desaparecimento das disparidades enormes em riqueza e renda que agora prevalece. Não mais do que propriedade pública é isto suficiente para tornar uma atomizada e competitiva sociedade em uma comunidade de cooperação e companheirismo. Mas nenhuma destas comunidades são concebíveis em que grandes hierarquias de riqueza e renda existem e habilitam uma minoria privilegiada para viver uma existência totalmente diferente daquela da grande maioria.*

É difícil dizer que o igualitarismo requer uma luta mais vigorosa contra todas as formas de discriminação, seja baseada em gênero, raça, cor da pele, religião, preferência sexual, ou qualquer outra. Miliband (2002, p. 233) complementa que

*não se pode dizer que todas as manifestações de discriminação, podem ser eliminadas de um dia para o outro, por decreto ou mandato: Mas é possível que todos lutem em todos os níveis até que a discriminação seja implacavelmente forçada a se retirar até que somente se manifeste em ocorrências esporádicas.*

Enfim, através do igualitarismo, a vida moral e política da comunidade deveria ter por objetivo respeitar e desenvolver a igualdade entre as pessoas. No entanto, na tentativa de criá-lo, não se pode infringir outros valores como a liberdade, devendo-se verificar

se isso chega a abalar muitas das condições econômicas e culturais de uma sociedade estável.

### 3. Os partidos políticos na visão de Ralph Miliband

Marx e Engels não desenvolveram uma teoria acabada dos partidos políticos, os quais estavam apenas começando a assumir as formas sob as quais hoje em dia são conhecidas quando os dois já se aproximavam do final de suas vidas. Marx mencionou os "dois grandes interesses entre os quais a burguesia está dividida – a propriedade agrária e o capital". Segundo Bottomore (2001, p. 282),

*A defesa da constituição de um partido proletário independente ocupou uma posição fundamental no pensamento e na atividade política de Marx e Engels. "Contra o poder coletivo das classes proprietárias", argumentaram eles, "a classe operária não pode agir como classe, exceto constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos formados pelas classes proprietárias e a eles se oponha". (Resolução redigida por Marx e Engels, aprovada no Congresso de Haia, da Primeira Internacional, em 1872). E falaram de um partido desse tipo em relação a vários e muito diversos tipos de organização.*

Mostra a história que a Segunda Internacional, no Congresso que realizou em Amsterdam em 1904, declarou que, como havia apenas um proletariado, deveria haver apenas um partido socialista em cada país. Ao contrário, na concepção de Lenin, sempre houve um forte elemento de ativismo, ao qual atribuía grande importância teórica e prática.

Valendo-se da maior liberdade proporcionada pela revolução de 1905 e, subsequentemente, pela de fevereiro de 1917, Lenin manifestou-se totalmente a favor de um amplo partido de massas baseado no centralismo democrático, com efetividade, responsabilidade e possibilidade de afastamento das lideranças.

Os partidos políticos da classe trabalhadora não são sociedades em debate, para empregar uma fórmula consagrada; eles de fato necessitam certo grau de unidade no que é uma luta de classe permanente e não raro amarga. Segundo Miliband (1979, p. 119),

*Um partido “autenticamente” representativo, em que todas as divisões da classe trabalhadora encontrem plena expressão por meio de facções e tendências e interminável debate, pode por isso mesmo ver-se incapaz de arcar com as próprias responsabilidades que são a razão de ser de sua existência; e isso poderá ser excepcionalmente certo em tempos de conflitos e crises agudas. As exigências de representantes, por um lado e, por outro, de eficácia não são de todo irreconciliáveis, no que um partido mais representativo possa ser mais eficaz do que outro que viva por uma “unidade” imposta e espúria.*

Talvez fosse inevitável que o conceito de "partido" viesse a ser acolhido ou pelo menos aceito muito cedo na perspectiva marxista da política da classe trabalhadora. Para Miliband (1979, p. 120):

*Deve-se ter em mente que, no Manifesto Comunista, Marx e Engels declaravam como marca distintiva dos “comunistas” que “nas lutas nacionais dos proletários dos diversos países eles apontam e trazem a lume os interesses comuns de todo o proletariado, independentemente de qualquer nacionalidade”; e que “eles sempre e em toda parte representam os interesses do movimento como um todo”. Sendo assim, acrescentavam eles, os comunistas eram “praticamente a seção mais avançada e decidida dos partidos da classe trabalhadora de todos os países”; e eles também é que tinham a vantagem sobre a grande massa do proletariado “de claramente compreender a linha de ação, as condições e os resultados gerais derradeiros do movimento proletário”.*

O movimento da classe trabalhadora nos países capitalistas normalmente não encontrou sua expressão política num único partido. Miliband (1979, p. 121) afirma que,

*Em alguns casos, um partido foi capaz de estabelecer um quase monopólio como o do trabalho organizado – sendo o Partido Trabalhista Inglês um exemplo típico. Mesmo em casos como esse, porém, o movimento trabalhista produziu mais de um partido; e o partido quase monopolista teve de lutar arduamente para manter sua posição.*

Não se pode esquecer que ocorre uma marcante heterogeneidade da classe trabalhadora e do movimento dessa classe. Desta forma, parece relevante, para Miliband, que um partido constitua sua expressão natural e que a pluralidade de partidos, em razão de sua maior representatividade, seja um retrato mais fiel da realidade do movimento em comparação com a alternativa de um partido único.

#### **4. Expectativas do capitalismo e do socialismo segundo Ralph Miliband**

O capitalismo representa a concretização da economia de mercado, podendo assim resultar na distribuição otimizada de recursos escassos, com um conseqüente benefício para todos. Esse otimismo é contestado indicando-se as possibilidades de exploração inerentes ao sistema. De acordo com o Dicionário Oxford de Filosofia, de Blackburn (1997, p. 52), o termo capitalismo “é o modo de organização socioeconômica em que uma classe de empresários e empresas disponibiliza o capital com o qual as empresas produzem bens e serviços e empregam trabalhadores. Em troca, o capitalista tira lucros dos bens produzidos”.

Não há dúvida de que o capitalismo de hoje obviamente não é o mesmo dos meados do século XIX. A partir de então, o capitalismo implantou diferentes formas de melhorias na vida dos assalariados.

Considerando-se essa evolução e levando-se em conta as limitações do capitalismo, questiona-se se seria racional procurá-lo por um sistema totalmente diferente ou se não seria muito mais sensato pressionar no sentido de obter mais reformas dentro do sistema atual, e assim chegar a um capitalismo com características mais humanas, ou seja, com um rosto mais humano. A este questionamento, Miliband (2000, p. 26) responde nos seguintes termos:

*A história das reformas do capitalismo mostra que elas sempre foram uma resposta muito parcial a "problemas" específicos, e que sempre foram restringidas pela lógica do capital. Ao invés de buscarmos e de colocarmos em prática soluções radicais, os governos conservadores sempre encararam as reformas como um meio de evitar transformações radicais, comprando a paz social com concessões. Mas mesmo nos lugares em que foram promovidas por governos social-democratas, as reformas não redundaram na abolição das características essenciais do capitalismo.*

Não há dúvida de que, mesmo nos países capitalistas mais ricos, há uma substancial parcela da população imersa em calamitosa pobreza e degradação. Miliband (2000, p. 31) argumenta que, no capitalismo ocorre

*[...] a pobreza, a miséria, as doenças evitáveis, a falta de moradia, a sordidez e o desespero permaneceram como pragas a afetar milhões de pessoas nessas sociedades, sem sinais de que possam ser eliminadas dentro dos limites de um sistema montado acima de tudo para a obtenção do lucro. Ao contrário, as condições para grande parcela das chamadas minorias nas "sociedades opulentas" pioraram em vez de melhorar nas últimas décadas, tornando-se ainda mais acerbadas graças à ruidosa celebração de uma "sociedade de consumo", da qual elas estão em grande parte excluídas.*

Observe-se que, no capitalismo, a elite do poder e o restante da classe dominante não constituem uma classe unida e coesa em termos econômicos, sociais, políticos ou culturais. Nela se encontram muitas divisões, às vezes em assuntos de grande importância. Em circunstâncias normais, porém, o que divide a classe dominante é bem menos importante do que aquilo que a une, ou seja, a determinação da maioria de seus membros de manter e fortalecer a ordem social existente, ou seja, a manutenção do *status quo*.

Desta forma, ao invés de ruir sob o peso de suas próprias contradições, o capitalismo tem encontrado novas fontes de vigor e renovação. Tudo indica que o capitalismo, em que pesem as crises, parece certo de que terá ainda um longo tempo de vida.

Por outro lado, é sabido que o socialismo é o sistema político em que os principais meios de produção não estão em mãos privadas ou institucionais, mas sob controle social. Busca a igualdade de direitos das pessoas no que diz respeito a vários benefícios, como saúde e educação. Objetiva também a limitação das desigualdades de riqueza e de poder produzidas pelos mecanismos não regulados das forças de mercado.

O declínio socialista em países altamente industrializados presumivelmente significa que, em algum momento histórico, as possibilidades para o socialismo eram melhores, mais esperançosas, no sentido de que havia maior apoio popular aos socialistas no seio das classes operárias, entre os jovens, entre os intelectuais, e que, dessa elevada plataforma, houve uma redução perceptível nesse apoio, e por isso o socialismo no Ocidente encontra-se em descrédito crescente com o passar dos anos. Segundo Miliband (1969, p. 65),

*A lição mais evidente fornecida pela experiência socialista passada nos países de capitalismo avançado diz respeito à relação entre a crise econômica e o engajamento socialista – ou, antes, à ausência dessa relação. Qualquer que seja o caso nos outros países, desemprego, crise e privações nesses países não têm sido, pelo menos, os aliados naturais*

*da pressão militante e do empenho socialista. Fossem as privações e a exploração a condição e o elemento catalisador da implantação socialista, o capitalismo teria sido derrubado há muito tempo ou a guerra civil ter-se-ia tornado mais ou menos endêmica em todos os países de capitalismo avançado.*

Tudo parece indicar que o "capitalismo da abundância" não fez diminuir a combativa asserção das imediatas reivindicações da classe operária. Além disso, não há qualquer fato a sugerir que a "abundância" tenha o poder de obstar o desenvolvimento da consciência socialista em grande escala. Para Miliband (1969, p. 68),

*[...] a "abundância" que os países de capitalismo avançado continuarão a produzir com toda a possibilidade criarão, pelo menos, um clima tão favorável à persuasão e à pressão socialista como jamais se verificou nas sociedades não abundantes de ontem e dos dias mais recuados. Essa pode não ser uma grande reivindicação, mas, pelo menos, remove efetivamente um obstáculo à discussão séria da estratégia socialista nesses países: a discussão pode prosseguir mais realisticamente se for baseada numa consciência de que os socialistas não estão nadando contra uma irresistível corrente de "abundância". Na verdade, o próprio caráter da "abundância" capitalista ajuda a recolher a lição de que um sistema cuja dinâmica é a apropriação privada e o lucro toma impossível o estabelecimento de uma organização racional e humana e o uso das tremendas reservas que ele próprio criou.*

Vê-se assim que a melhoria geral nas condições da classe operária, longe de ser uma barreira para o seu desenvolvimento, é um de seus pressupostos. A experiência indica que somente depois que as necessidades elementares tenham cessado de ser uma constante preocupação é que a crítica socialista ao capitalismo pode resultar em maior consciência de classe e de maior consciência socialista.



Quanto à aceitação do comunismo pela esquerda inglesa, inserida basicamente no Partido Trabalhista (*Labour Party*), parece haver uma forte rejeição a essas ideias. Miliband (1975, p. 82) observa que

*Havia naturalmente muitos matizes de antipatia dos líderes trabalhistas com relação à Rússia bolchevista: enquanto alguns nunca deixavam de unir seus protestos à intervenção aliada com expressões de horror aos bolchevistas e suas atividades, outros queriam fazer concessões às dificuldades enfrentadas pelos bolchevistas. Eles eram virtualmente unânimes em sua crença de que a influência internacional dos bolchevistas sobre o movimento trabalhista no Ocidente deveria ser vigorosamente rechaçada.*

Ao que tudo indica, esse argumento de Miliband, um líder do Partido Trabalhista inglês, mostra que, a par da defesa clara dos trabalhistas ingleses ao socialismo, há um forte sentimento de rejeição às ideias comunistas que se desenvolveram à época da existência da União Soviética, no apogeu da Guerra Fria que alimentava a componente ideológica acentuada desde a Segunda Guerra Mundial.

## **5. Ralph Miliband e a alternativa entre revolução ou reformismo**

No sentido comum, o termo “Revolução” significa qualquer grande transformação social e política suscetível de substituir as instituições e relações sociais anteriores e de iniciar novas relações de poder e de autoridade.

Por outro lado, o “Reformismo” deve ser compreendido como uma importante posição no debate que há muito se vem desenvolvendo sobre a natureza da transição para o socialismo e sobre a estratégia política mais adequada à sua consecução.

Desde a década de 1890, pelo menos os setores socialistas dos movimentos operários do capitalismo adiantado vêm debatendo uma série de questões para as quais os escritos de Marx e Engels oferecem

respostas muito ambíguas como a transição para o socialismo ser feita sem violência. Pergunta-se se essa transição seria um processo gradual e tranquilo de transformação social cumulativa ou seria ela melhor caracterizada por uma luta e uma crise que culminariam em um momento decisivo de transformação social. Outra questão é a possibilidade de chegar ao socialismo por meio da utilização, pela classe operária, das instituições políticas existentes (notadamente os parlamentos e os executivos eleitos do Estado burguês democrático) ou apenas pela suplementação, ou mesmo pela substituição, dessas estruturas estatais por novos caminhos da luta socialista e novas formas de gestão popular. Sobre a alternativa entre revolução ou reformismo, Miliband (1979, p. 143) defendeu que

*As duas vias em questão são em essência as que em geral se designam como a "reformista" e a "revolucionária". Pelas razões que passamos a examinar, esses termos são um tanto desnorteadores, e deixam de proporcionar uma contraposição adequada das alternativas. Os marxistas chamados de "reformistas" pelos adversários marxistas "revolucionários" têm veementemente repudiado esse rótulo como insulto à sua integridade e propósito revolucionário; e por sua vez denunciam os adversários como "aventureiros", "ultra-esquerdistas" etc. Todas as designações que têm feito parte do debate marxista sobre estratégias do avanço têm sido grandemente sobrecarregadas de conotações polêmicas, e nenhum rótulo nessa controvérsia é totalmente "inocente".*

Ressalte-se que a reforma social tem sido parte intrínseca da política do capitalismo, e os que apoiam a reforma não estão absolutamente interessados no avanço em direção ao socialismo mas, pelo contrário, enxergam na reforma social uma profilaxia essencial contra ele. Daí a posição de Miliband (1979, p. 143-144), um forte defensor do socialismo, em favor da posição "revolucionária".

## 6. Ralph Miliband e a teorização dos conceitos na política marxista

Ralph Miliband, estimulado pela sua situação de pesquisador e professor, dirigiu suas preocupações prioritárias no sentido de tornar possível a teorização dos conceitos da política marxista. Com isso, seria reduzida a existência de antagonismos entre os conteúdos dos temas abordados, aumentando a probabilidade para a convergência de ideias, possibilitando, portanto, a formulação de teorias sobre os assuntos analisados. Miliband mostrou-se surpreso pelo desinteresse dos marxistas no sentido de teorizarem os conhecimentos políticos advindos de Marx e Engels, defendendo que:

*Fato notável, como observei antes, é que nenhuma personalidade marxista de vulto tenha tentado expor de modo sistemático a substância e a especificidade da teoria política marxista. Afinal, essas pessoas contavam-se entre os espíritos mais dotados e penetrantes dos últimos 100 anos, homens e mulheres totalmente imersos na vida, luta e ideias políticas; e essas pessoas sempre atribuíram a mais alta importância à teoria como parte indispensável da luta de classes e política da classe trabalhadora. 'Sem teoria não há movimento revolucionário' é um dos preceitos de Lenin que os marxistas prontamente aceitaram, e isso foi tomado como significando que, sem uma clara articulação de suas premissas e projeções teóricas, o movimento da classe operária avança cegamente. Isso torna ainda mais surpreendente a falta de uma teorização política no marxismo clássico. (MILIBAND, 1979, p. 13)*

Observe-se que o termo “teoria” significa um conhecimento descritivo puramente racional. O substantivo *theoría* significa ação de contemplar, olhar, examinar, especular. Também pode ser entendido como forma de pensar e entender algum fenômeno a partir da observação.

A teorização de um conjunto de conhecimentos científicos é obtida quando se desenvolve uma teoria sobre o tema a que corresponde. A consciência socialista moderna unicamente pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico.

Analisando as dificuldades na sistematização do acervo marxista, ou seja, procurando identificar os obstáculos para sua teorização, Miliband observou que

*É bom reconhecer que o "corpo do marxismo", como o chamamos, tem limitações muito nítidas em termos de construção ou reconstrução de uma política marxista. Uma dessas limitações é que os escritos clássicos disponíveis são simplesmente silenciosos ou extremamente superficiais quanto a problemas importantes de política e teoria política: há certo limite quanto ao que pode ser adequadamente extraído de um parágrafo, frase, alusão ou metáfora. A questão é sobretudo óbvia quanto a uma gama completa de experiência política nos últimos cinquenta e poucos anos, o que é de central importância em qualquer tentativa de teorização da política do marxismo, mas sobre o que o marxismo clássico é, de qualquer modo, silencioso. (MILIBAND, 1979, p. 10).*

Analisando as dificuldades encontradas na discussão da teoria política marxista e sua relação com o caráter dos escritos dos vultos importantes do marxismo, a começar pelo próprio Marx, Miliband afirmou que

*isso não significa diminuir o mérito ou interesse dessas obras, mas apenas observar que nenhuma dessas grandes personalidades do marxismo clássico, com exceção, em parte, de Gramsci, jamais tentou ou mesmo sentiu necessidade de tentar a elaboração de um "tratado político" (MILIBAND, 1979, p. 10).*

Na situação atual, quando passam a primeiro plano os problemas estratégicos da luta revolucionária ou reformista, o desenvolvimento da teoria (teorização) tem função de alta relevância. Defender e desenvolver a teoria política marxista, o enfoque prioritário de Ralph Miliband, é uma exigência impostergável da época atual. E isso se faz não de maneira abstrata, mas ligada à luta concreta no terreno das ideias.

## 7. Considerações Finais

Ao final deste trabalho, convém ressaltar a relevante obra do Professor Ralph Miliband, radicado no Reino Unido e reconhecido internacionalmente, na defesa dos conceitos da política marxista. A leitura e reflexão sobre suas principais publicações, listadas nas Referências, indicam uma constante preocupação no sentido de analisar com critério as ideias primitivas de Marx e de Engels e dos marxistas que a eles se seguiram, além de “reinventar” a esquerda marxista, considerando-se a ampliação que resultou de suas pesquisas no campo da política inspirada em Marx.

Ao que tudo indica, o que mais incomodou a Miliband foi o estado da arte no pensamento marxista contemporâneo, resultante da inexistência de teorização dos conceitos, ou seja, da grande lacuna no desenvolvimento das teorias da política marxista, caracterizada pelo silêncio de alguns autores, desinteresse de outros, amplos antagonismos e pela ausência de um “tratado de política marxista”.

No debate de ideias, Ralph Miliband contribuiu para ampliar o campo teórico das instituições políticas, como o Estado e os partidos, desenvolvendo as ideias iniciais de Marx e Engels, sem fugir do seu acendrado espírito marxista, associado ao homem e às transformações da sociedade.

Miliband defendeu o socialismo, sistema que considerou mais igualitário que o capitalismo, este último por ele criticado, principalmente, pelo mito da “abundância” e pelas injustiças sociais

dele resultantes. Reconheceu a existência atual de classes sociais, a consciência de classe, os conflitos entre homens e ideias. Admitiu os dois tipos de comportamento, o revolucionário e o reformista, mostrando sua preferência pelo primeiro, levando em conta a necessidade de paz social e a manutenção de princípios democráticos.

Enfim, a leitura da obra de Ralph Miliband estimula intensamente o estudo contínuo dos textos de política marxista, de um lado pelo seu exemplo de vida e, de outro, em razão da clareza de suas posições ideológicas a par da sua análise profunda dos temas que abordou, resultando na ampliação e no aprofundamento dos conhecimentos alicerçados na grandiosa obra de Karl Marx.

## **Bibliografia**

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOBBIO, Norberto et al. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOTTOMORE, Tom et al. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EASTON, David. *Uma Teoria de Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HIRANO, Sedi. *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 8a Edição. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo e Bauru- SP : Edipro, 1998.

- MILIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Divided Societies, Class Struggle in Contemporary Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo e Ceticismo*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Parliamentary Socialism*. Londres: Merlin Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. et al. *Problemas e Perspectivas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- NEWMAN, Michael. *Ralph Miliband and the Politics of the New Left*. Londres: The Merlin Press, 2002.

